

# 2

## Evolução da Ciência Econômica

---

*Pedro Cezar Dutra Fonseca*<sup>1</sup>

### 2.1 INTRODUÇÃO

A reconstrução sintética da história do pensamento econômico é sempre desafiadora, pois, diante da diversidade de autores, obras e paradigmas, impõe a opção por determinado corte analítico, de forma a organizar e dar sentido às controvérsias, em busca da superação de meras linhas do tempo. Um exercício possível diz respeito à discussão do que seja Economia Clássica, pois esta, como ponto de partida da Ciência Econômica autônoma (principalmente da Ciência Política, da Filosofia e da Teologia), marcou sua constituição, com reflexos até nossos dias.<sup>2</sup>

Para alguns autores, o mercantilismo é o ponto de partida da história do pensamento econômico. Como prática econômica vigente nos mais importantes países europeus do século 15 a meados do século 18, o mercantilismo emergiu como a face econômica dos Estados Nacionais nascentes, afirmando que a força das nações e sua riqueza provinham do comércio internacional. Defendia enfaticamente a necessidade de balança comercial superavitária, a existência de colônias e, em sua forma mais primitiva, a bulionista, o acúmulo de metais preciosos como meio mais seguro de alcançar a fortaleza nacional.

Embora o período mercantilista seja rico no debate intelectual, como bem demonstra Bianchi (1986) fica evidente que, durante aqueles séculos, os pensadores sociais não eram economistas no sentido moderno do termo; nas

- 
1. Professor titular do Departamento de Ciências Econômicas e do Curso de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo.
  2. Este capítulo é uma versão atualizada do artigo "Clássicos, neoclássicos e keynesianos: uma tentativa de sistematização" (Fonseca, 1981).

obras de Filosofia e Ciência Política mencionavam-se questões econômicas, mas estas ainda não constituíam um corpo teórico suficiente para caracterizar uma disciplina independente. O mercantilismo, neste sentido, foi mais uma política econômica, ações empreendidas pelos governantes com forte dose de pragmatismo, que um movimento intelectual. Este só teria lugar na segunda metade do século 18, na França, com a Fisiocracia, tendo como ponto de partida a crítica à política vigente. A terra substitui o comércio como fonte de riqueza, a concorrência livre é vista como superior aos monopólios e concessões estatais e, pela primeira vez, buscava-se abstrair da formação social as variáveis econômicas para mostrar como elas se relacionam entre si. Surge, portanto, a teoria econômica. Os procedimentos metodológicos e as categorias teóricas utilizadas pelos fisiocratas deram início à Economia Clássica, embora haja autores que prefiram como marco a publicação de *A riqueza das nações*, de Adam Smith, em 1776. É isto que será visto a seguir.

### 2.1.1 Aparecimento da economia: do mercantilismo à fisiocracia

Falar-se em Economia Clássica é algo corriqueiro, embora seu significado não seja preciso. É freqüente seu uso para designar os britânicos que, do final do século 18 a meados do século 19, procuraram sistematizar as primeiras leis da Economia Política, como Smith e Ricardo. Surge a dúvida, já aí, sobre se os fisiocratas devem ser considerados "clássicos", pois, como aqueles elaboraram, com relativo êxito, uma teoria de distribuição; chegaram à noção de excedente econômico; procuraram formular uma teoria do valor e responsabilizaram uma classe social – os trabalhadores do setor primário – pela criação do valor e da riqueza. Joan Robinson preferiu chamar de clássicos aqueles que "absorveram a concepção de um mecanismo econômico baseado em classes, para fornecer uma análise da dinâmica de nossa sociedade industrial" (Robinson e Eatwell, 1978 : 12). Este não é o mesmo sentido do termo quando empregado por Hicks em seu famoso artigo sobre Keynes e os clássicos (Hicks, 1978), sendo, porém, esta concepção que os livros-textos de macroeconomia empregam quando se referem à "Escola Clássica". Apoiando-se em Keynes, Hicks chamou de clássicos aqueles economistas que aceitavam a lei de Say, negando a possibilidade de existirem crises de superprodução generalizadas e duradouras; que afirmavam haver leis inerentes à economia de mercado que, em este sendo livre, automaticamente se conseguiria equilíbrio com pleno emprego. Estas duas concepções de "clássicos" não coincidem: a de Hicks inclui os neoclássicos, para os quais não há lugar na definição de Joan Robinson, em que clássico é oposto de neoclássico. Para esta autora, Marx e Malthus podem ser considerados "clássicos", o que é impossível para Hicks.

A idéia de fazer uma sistematização, "pondo cada coisa em seu lugar", não é apenas discutir os diversos conceitos que os diferentes autores apresentam – algo, ademais, que pouco poderia acrescentar. Trata-se, principalmente, de trabalhar com estes dois conceitos apresentados, tentando compará-los e vendo em que pontos são coincidentes e em que aspectos são contraditórios. Considera-se que esta não é apenas uma discussão em torno de significado de palavras; estas não são meras abstrações, pois têm significado concreto: o uso delas traz consigo um posicionamento com implicações teóricas e epistemológicas.

Não há a tentativa de se chegar a um conceito final de clássico globalizante, estabelecendo uma tipologia ou a construção de tipos ideais. Sempre um sentido do termo é empregado tendo em vista o outro, que é seu oposto. Assim, para Joan Robinson clássico é o oposto de neoclássico; para Keynes e Hicks, o oposto dos teóricos que se ocuparam das crises e da teoria da demanda efetiva. Não é, portanto, uma tentativa de classificar os diversos autores com base em determinadas características, embora se considere que, em uma ciência como a economia, onde mesmo as verdades são discutíveis, não se deve ter o pudor de falar em "correntes de pensadores", "escolas" ou paradigmas: afinal, é opondo uns aos outros, contrapondo modelos, conclusões e posicionamentos que se pode aprendê-los.

## **2.2 ECONOMIA CLÁSSICA SEGUNDO A ÓTICA DA DISTRIBUIÇÃO: FISIOCRACIA, SMITH, RICARDO E MARX**

Joan Robinson, ao definir a economia clássica, enfocou-a pelo lado da distribuição. É freqüente a utilização de "Economia Clássica" para designar um grupo de economistas que, ao buscarem uma teoria de distribuição para o produto nacional, dividiram-no em duas partes: uma apropriada por aqueles que, por seu trabalho, o produziram; outra apropriada por classes, categorias ou grupos sociais não diretamente responsáveis pela produção. A idéia subjacente é que aqueles que trabalham conseguem um produto líquido que vai além do que por eles é apropriado, ou seja, produzem um excedente. Todos os clássicos, no sentido em que aqui se está utilizando o termo, trabalharam com a categoria "excedente econômico", procurando precisá-la.

Se existe excedente, entretanto, é necessário buscar as causas de sua existência. É preciso saber quem o gera, quando ele é maior ou menor, que parte do produto vai para os que produzem e para os que não produzem, como o excedente é repartido entre os diversos grupos que deles se apropriam (como é dividido entre capitalista e rentistas, por exemplo). Além dis-

so, se a produção não é apenas para uso, como para subsistência local em um feudo ou numa tribo indígena, mas para mercado, a análise deve ainda tornar-se mais complexa: não basta apenas produzir, é preciso também vender a produção, que vai ter um preço. Assim, as mercadorias, além de terem diferentes valores de uso, ou seja, qualidades diferentes para satisfazerem a diferentes necessidades humanas, naturais ou histórico-sociais, devem possuir um valor de troca. Torna-se, então, necessária uma teoria do valor.

Os clássicos buscaram os fundamentos do valor (de troca) no trabalho. Os trabalhadores, no processo produtivo, conseguem não apenas o necessário para sua reprodução e de sua família, mas também criam um excedente. Smith, Ricardo e Marx deixaram isso explícito, muito embora as consequências desta conclusão não tenham sido tratadas da mesma forma pelos três autores. Todos eles têm como predecessores os fisiocratas, autores em cuja obra a economia clássica tem sua forma inicial mais acabada.

Os fisiocratas atribuíram, em um primeiro instante, à terra a fonte do valor; mas isto nos primeiros passos da análise, que é bem mais complexa. Tendo o nível do produto como dado, passaram a estudar sua distribuição entre as classes sociais e sua circulação (são estes os aspectos em que mais Quesnay se detém em seu *Tableau economique*).

A terra como fonte do valor apenas inicial, pois se consideram duas classes no campo: os trabalhadores (assalariados, servos ou pequenos proprietários) e os proprietários. Os primeiros são responsáveis pela criação do excedente, já que, ao trabalharem, são capazes de produzir além do necessário para suas subsistências. Assim, conseguem produzir valores de uso maiores do que os despendidos no processo produtivo. Se os trabalhadores agrícolas consumissem tudo aquilo que produzem, não existiria excedente, sendo que este se materializa em uma cesta de produtos agrícolas. Assim, graças à fertilidade da terra, o trabalho gasto em seu cultivo torna-se produtivo, ao contrário do trabalho empregado em outros setores de produção. Turgot, por exemplo, afirma:

Uma vez que seu trabalho produz além das suas necessidades, pode o agricultor, com esse excedente que a natureza lhe concedeu como simples dádiva afora o salário de seu labor, comprar o trabalho dos outros membros da sociedade. Estes só ganham a subsistência vendendo-lhe o trabalho; ele, ao contrário, obtém junto com a subsistência uma riqueza independente e disponível, que não comprou, mas vende. É portanto a única fonte das riquezas que, circulando, anima todos os trabalhos da sociedade, pois ele é a única pessoa cujo trabalho produz mais do que o salário do trabalho (Turgot, apud Marx, 1980 : 30).

Segundo os fisiocratas, estes trabalhadores formam a classe produtiva, ou seja, responsável pela criação do excedente. Parte deste é apropriado pelos proprietários de terra; os fisiocratas procuram legitimar esta apropriação com argumentos filosóficos, pois esta era entendida como manifestação da própria ordem natural das coisas, que, por sua vez, emanava de uma ordem providencial (divina). A outra parte do excedente vai para a cidade, mas agora em troca de bens e serviços. Estas profissões urbanas são todas agrupadas sob o nome de "classe estéril", abrangendo comerciantes, industriais, operários, artesões, profissionais liberais, clero (não proprietário de terra) etc. A cidade é, no esquema analítico fisiocrata, uma verdadeira classe social. Esta não cria riquezas, apenas transforma matérias-primas vindas do campo (a indústria) ou presta serviços que, embora necessários, não são responsáveis pela criação do excedente (comércio e profissões liberais). Assim, a cidade é estéril: nem é produtiva, como os trabalhadores agrícolas, nem merecedora, sem trabalho, de parte do excedente, como os proprietários rurais.

Smith, apoiado nos fisiocratas, procurou ampliar este esquema teórico para uma sociedade industrial. Também tinha clara noção da existência do excedente econômico que, para ele, tinha origem no trabalho, tanto agrícola como industrial. O valor adicionado pelos trabalhadores às matérias-primas divide-se em duas partes: "uma, lhes paga os salários, e outra, o lucro do empregador sobre o inteiro montante que adiantou em matérias-primas e salários" (Marx, 1980 : 58). E ainda: "Neste estado de coisas, o produto do trabalho deixa de pertencer sempre por inteiro ao trabalhador. Este, na maioria dos casos, tem de dividi-lo com o proprietário do capital, que o emprega" (Marx, 1980 : 60). Repetindo: "Por isso, o valor que os trabalhadores adicionam às matérias-primas se reduz aí em duas partes: uma lhes paga os salários, e, a outra, o lucro do empregador sobre o inteiro montante que adiantou em matérias-primas e salários" (Marx, 1980 : 58).

O excedente, entretanto, não é apropriado inteiramente pelos capitalistas, sob a forma de lucros, mas parte vai para os rentistas. Para Smith, isto está ligado à propriedade privada do solo: "Logo que a terra toda de um país se torna propriedade privada, querem os proprietários, como todas as demais pessoas, colher onde não semearam, e exigem renda fundiária até para os produtos naturais do solo" (Marx, 1980 : 60). E ainda: "Logo que a terra se torna propriedade privada, o dono da terra exige participação em quase todos os produtos que os trabalhadores nela podem produzir ou colher. Sua renda fundiária constitui a primeira dedução do produto do trabalho empregado na terra" (Marx, 1980 : 63).

Ricardo, apoiado em Smith, procurou desenvolver com maior precisão uma teoria de distribuição. Considerou, como este, que o trabalho era fonte de valor e que os trabalhadores recebem salários de subsistência. Com isso, sua parte na produção é mais ou menos fixa, dadas certas condições históri-

cas: uma cesta de mercadorias necessárias para manter os trabalhadores e suas famílias. O resto é o excedente, a ser disputado entre capitalistas e rentistas. Em um modelo simplificado, que serve como passo inicial da análise, Ricardo supõe uma economia em que só se produz trigo: desta forma, salários (certa razão em trigo), capital (as sementes para a próxima safra) e lucro são fisicamente homogêneos. Assim, pode-se determinar uma taxa de lucro na agricultura que, via concorrência, será a mesma taxa de lucro da indústria. Esta afirmação fica mais bem demonstrada em sua teoria sobre a renda da terra, apoiada na lei dos rendimentos decrescentes, que havia sido formulada com precisão por Malthus.

Para Ricardo, o aumento da população e a escassez de alimentos forçam que se ocupem cada vez terras menos férteis. Há várias qualidades de terra, e são as de última qualidade que fixam os preços dos alimentos. Nestas é preciso mais trabalho como que para "compensar" a fertilidade das terras melhores, o que eleva os custos da produção. Não havendo diferentes preços em um mesmo mercado, os proprietários das terras mais férteis vêem os preços de seus produtos subirem. Assim, gradualmente a renda fundiária aumenta, e a tendência é que aumente cada vez mais, pois sempre são incorporadas terras menos férteis. Nas terras de última categoria, não existe renda: parte da produção vai aos trabalhadores, um salário de subsistência, e outra aos capitalistas, uma margem de lucro fixada pela concorrência. Se não existisse lucro, obviamente, estas terras não seriam ocupadas. Somente quando as terras piores forem capazes de garantir certa taxa de lucro, com o aumento da procura por alimentos, elas serão ocupadas.

Há que assinalar que o produto por trabalhador cai à medida que se ocupam terras de mais baixa qualidade. Na última delas, não havendo renda e os trabalhadores recebendo salários de subsistência, esta baixa de produtividade corresponde a uma diminuição na taxa de lucro. Logo, para Ricardo há uma tendência à queda da taxa de lucro. Por outro lado, a alta do preço dos produtos agrícolas faz com que o montante a ser despendido pelos capitalistas industriais em folhas de pagamento se eleve, fazendo que haja transferência de renda da indústria para a agricultura. Assim, enquanto cai a taxa de lucro, eleva-se a renda da terra.

Desta forma, para Ricardo a luta fundamental na sociedade se dá entre capitalistas e rentistas; a luta é, portanto, entre os que se apropriam do excedente. O aumento do preço dos alimentos encarece a cesta de mercadorias dos trabalhadores e a folha de pagamento dos capitalistas, mas o salário real continua o mesmo. Havendo uma lei que determina a renda da terra, os capitalistas recebem o que sobra: o lucro é, pois, um resíduo.

Marx seguiu esta direção clássica. Apoiou-se na teoria do valor do trabalho, modificando-a; tratou de explicar a formação do excedente e procurou

sistematizar uma teoria de distribuição. Uma diferença fundamental entre Ricardo e Marx no que tange ao valor é a seguinte. Considera-se que, na produção de uma mercadoria, se utilizam máquinas e equipamentos, matérias-primas, outros insumos e trabalho (direto). Ricardo chamou máquinas e equipamentos de capital fixo; matérias-primas, demais insumos e trabalho de capital circulante. Marx preferiu fazer uma divisão pela ótica da propriedade: equipamentos, máquinas, matérias-primas e insumos são propriedade dos capitalistas; os trabalhadores, desprovidos de propriedade, vendem sua força de trabalho. Os primeiros foram denominados de capital constante, à medida que apenas transferem valor aos produtos; o segundo, de capital variável, pois cria valor. A forma proposta por Marx, isolando o trabalho direto de matérias-primas e insumos, permitiu-lhe chegar com mais precisão ao conceito de mais-valia – ao contrário de Ricardo, que embora falasse em excedente econômico, não especificou claramente que se tratava de um trabalho não pago.

Desta forma, Marx deslocou o conflito essencial da sociedade, que era entre capitalistas e rentistas para Ricardo, para entre proprietários e não proprietários. A discussão principal não é mais como se reparte o excedente, mas como o produto é repartido entre "trabalho necessário" (para manter a força de trabalho) e "trabalho excedente". O excedente deixou claramente de ser uma quantia de valores de uso, como propunham os fisiocratas, para ser um trabalho não pago, mais-valia, esta considerada como a forma específica de excedente no modo capitalista de produção. Outro ponto comum que une os clássicos, no sentido que este termo vem sendo empregado até aqui, é a concepção de que o preço é determinado pela oferta, no âmbito da produção e dos custos, cabendo à demanda apenas a fixação das quantidades. Em um regime de concorrência, para Ricardo, os preços devem ser proporcionais às quantidades de trabalho necessárias para a produção de cada mercadoria. Os preços relativos são como reflexos do dispêndio em trabalho (o nível absoluto de preços depende da quantia de moeda e de sua velocidade de circulação com relação ao total da produção, de acordo com a teoria quantitativa da moeda). São, portanto, determinados pelos custos de produção, acrescidas de uma taxa de lucro estabelecida pela concorrência entre os capitalistas. A demanda pode pressionar os preços para cima e para baixo, mas não os determina. Assim, Ricardo diferiu um "preço natural", estabelecido pelo valor trabalho, de preço de mercado, que é flexível para baixo e para cima, de acordo com a procura. Se a procura por uma mercadoria aumenta de forma permanente (uma mudança de preferências, por exemplo), o preço de mercado será maior que o preço natural. Com isto, a taxa de lucro dos capitalistas que o produzem se eleva, atraindo novos investidores. Isto levará a um aumento da quantidade ofertada seja por melhor aproveitamento da capacidade instalada já existente, seja pela ampliação desta capacidade ou pela entrada de novos investidores. Dessa forma, o preço de mercado volta a ajustar-se ao preço

natural, havendo um ajustamento de quantidade. Fica claro que, segundo este raciocínio, a demanda não apenas explica flutuações de preços (de mercado), mas também os determina (o que se dá no âmbito da produção).

Em Marx aparece a diferença entre valor, preço de produção e preço de mercado. As diversas firmas de um mesmo ramo possuem diferentes preços de produção, de acordo com a maior ou menor intensidade de trabalho vivo que utilizam com relação ao capital constante. Marx chamou de composição orgânica do capital a relação entre capital constante e capital variável. É de se esperar que esta relação se eleve no tempo, ou seja, que a mecanização seja poupadora de mão de obra, o que eleva a produtividade do trabalho. Os preços de produção são mais elevados nas firmas de mais baixa composição orgânica do capital, que utilizam mais trabalho vivo relativamente. O valor para Marx é social, ou seja, uma "média" quando consideradas todas as firmas conjuntamente. Um capitalista que produz com preço de produção acima do valor será punido: vendo diminuídos seus lucros, a concorrência tenderá a eliminá-lo. Desta forma, há uma disputa constante entre os capitalistas (o que dá dinamismo ao sistema) para elevar a composição orgânica do capital e, desta forma, reduzir os preços de produção diante do valor estabelecido pelo mercado, que é a quantidade de trabalho socialmente necessária para a produção de cada mercadoria. Em um sistema de perfeita concorrência e após todos os ajustamentos possíveis, a composição orgânica do capital tenderia a igualar-se entre todas as firmas, o que faria ser o preço de produção igual ao valor.

O preço de mercado, tal como para Ricardo, deixa se influenciar pelas oscilações de demanda. Subindo o preço de mercado por um aumento de demanda, a taxa de lucro elevada daquele ramo de produção atrai novos capitalistas, incentiva a ampliação da capacidade instalada das já existentes, que tenderá a ser utilizada plenamente. Isto elevará a quantidade ofertada, forçando o preço de mercado a ser, novamente, um reflexo do preço de produção. Assim, a concorrência entre os capitalistas faz que haja uma tendência à equalização da composição orgânica do capital, forçando que os preços de produção se igualem ao valor; os preços de mercado tendem a igualar-se aos preços de produção, depois dos ajustamentos do lado da demanda.

A designação de clássico, portanto, tem aqui um significado preciso. Quando Joan Robinson definiu clássico levando em consideração as classes sociais que são incorporadas ao estudo, possivelmente tinha em mente todas estas características que estão relacionadas com este tipo de abordagem – que não são elementos dissociados, mas formam um todo coerente e organizado. Teoria do valor trabalho, excedente econômico, classe produtiva, análise baseada em classes, determinação de preços pela oferta etc. não são apenas atributos imputados a um grupo de economistas que se denomina por tradição



"clássicos", mas também elementos de todo um raciocínio econômico. Este se opõe a outro raciocínio, o marginalista (e neoclássico).

### 2.3 ECONOMIA MARGINALISTA

A economia marginalista compreende diversos autores do final do século 19, como Jevons, Edgeworth, Pareto, Menger, Fischer, Wicksell e Walras, embora este último tenha apresentado um esquema analítico mais complexo e elaborado que os outros. Apesar das diferenças entre eles, pois cada um centrou seus estudos em aspectos às vezes não explorados pelos outros, formam um conjunto de proposições e conclusões que se opõe à tradição fisiocrata-smithiano-ricardiano-marxista. Neste sentido, há nova abordagem para valor, distribuição e formação de preços.

Ao contrário dos clássicos, que procuraram fazer uma teoria apoiada nas classes sociais, os marginalistas procuraram falar em fatores de produção. A produção é entendida como o resultado da combinação entre trabalho, capital e recursos naturais, cada um dando uma contribuição para a formação do produto final. No sistema de Walras, existem recursos iniciais, de um lado, e produtos acabados, de outro. A contribuição de cada fator à produção final corresponde, na teoria da distribuição, à raridade em que são empregados: cada um deles é mais produtivo quanto menos abundante for em relação aos outros. Assim, a produtividade marginal de cada fator decresce à medida que for mais empregado, uma vez mantidos os outros constantes.

A teoria de distribuição com base nestes argumentos apresenta grande diferença com relação à clássica. Os salários não são mais de subsistência, mas totalmente flexíveis para cima e para baixo; em um regime de perfeita concorrência, sem monopólios ou sindicatos, eles devem igualar-se ao valor da produtividade marginal do trabalho. À terra e ao capital também cabem remunerações específicas, que refletem o valor da produtividade marginal de cada um deles. A remuneração se dá independentemente da propriedade, pois é algo intrínseco ao fator de produção. Não existe, pois, explícita a categoria excedente econômico, e a cada um cabe aquilo que marginalmente contribui para a produção. Com isto, o lucro deixou de ser resíduo, como para os clássicos, para ser remuneração do capital, da mesma forma que os salários o são para o trabalho. Não mais existe a noção de "classe produtiva", e o produto é repartido seguindo as leis de um mercado livre. Quando aparece a noção de excedente, este é associado à poupança, ou seja, à parte da produção que não destinada ao consumo. Como deixar de consumir causa desprazer, desutilidade, a poupança é um sacrifício do consumo presente; o excedente surge por uma razão psicológica, qual seja, a decisão de pessoas que sacrificam o consumo presente com expectativas de lucros futuros.

Walras, para tomar um exemplo típico, supôs uma sociedade de grande número de produtores e consumidores, todos dotados de recursos e rendas iniciais desiguais, mas todos bem informados e agindo cada um independentemente dos demais. Esta sociedade tem certo nível tecnológico, possui certa quantidade de recursos para a produção e os consumidores possuem preferências para consumo. Estes, no modelo, são tomados inicialmente como sendo dados. A partir daí há a tentativa de determinar um sistema de preços e a quantidade de equilíbrio, ou seja, que, uma vez alcançados, tendem a não se alterar, a não ser que algo anteriormente tido como dado se modifique.

Jevons, Menger e Bonh-Bawerk procuraram dar um fundamento para os preços com base na utilidade. Apoiados na filosofia utilitarista e hedonista de Bentham e Condillac, concluíram que no ser humano há uma luta constante entre o prazer e a dor, entre a utilidade e a inutilidade. Assim, dada uma renda aos consumidores, estes procuram maximizar a satisfação que cada unidade monetária pode lhes dar, na troca por determinados bens (a poupança é vista como um bem igual aos outros), dentro de um sistema de preferências. Na teoria marginalista, a rigor, não existem mercadorias (algo exterior ao homem, com um valor de troca independente da vontade humana), mas bens (qualquer coisa que satisfaça às necessidades, psicológicas ou reais). Os bens têm um valor devido à utilidade que trazem quando consumidos, e seus preços dependem das preferências. O valor depende da utilidade marginal: produtos raros, porque altamente procurados com relação à oferta, devem ter altos preços.

Assim, ao contrário dos clássicos, o valor vincula-se mais ao valor de uso que ao valor de troca: este é formado no mercado e não no momento da produção. Já não há diferença entre valor, preço de produção e preço de mercado, uma vez que o preço de mercado é um reflexo imediato do valor de utilidade. No limite, a própria idéia de valor fica caduca, pois o que há são preços.

Para estes autores (Walras não se enquadra exatamente entre eles, como se verá mais adiante), é a demanda que determina preços, cabendo à oferta determinar quantidades. Dentro da análise ricardiana, como já foi visto, se a demanda por uma mercadoria aumentasse de forma permanente, o preço de mercado ficaria acima do preço natural, elevando a taxa de lucro daqueles que o produzem e atraindo capitais para aquele ramo de produção, ou incentivando as firmas já existentes a ampliar a capacidade instalada, ou utilizá-la plenamente. Isto ocasionaria um aumento da quantidade ofertada, voltando o preço de mercado a igualar-se ao valor (trabalho). No sistema marginalista, os preços são flexíveis, a oferta considerada fixa, dados os recursos disponíveis, que são sempre plenamente utilizados e com a tecnologia mais eficiente. Quem determina preços, pois, é a demanda.

Alguns autores procuraram mostrar que a diferença entre um sistema analítico ricardiano e outro walrasiano estava associada à substituição. Enquanto para Ricardo os coeficientes de produção são fixos, dizia-se, para Walras as funções de produção são contínuas. Segundo Nell (Nell apud Harcourt e Lang, 1978 : 164), "tal diferença é não só exagerada, como também, em última análise, menos importante que as outras. Porque, por um lado, desvios na técnica são possíveis nos sistemas ricardianos e, por outro lado, Walras, na verdade, admitiu coeficientes técnicos fixos". Para este autor, existe uma diferença essencial no sistema walrasiano: um fluxo circular de bens e serviços. Há o mercado de bens e o de fatores e, em cada fluxo que sai de um, há uma contrapartida em resposta do outro; os mercados são considerados análogos. Entretanto, argumenta Nell, no mercado de bens estes são trocados por valores equivalentes, o que não ocorre no de fatores; o salário representa uma contrapartida pela venda do trabalho; o lucro não é contrapartida de coisa alguma, pois é uma remuneração da propriedade, como afirma a tradição clássica.

Em um sistema de tipo ricardiano, a taxa de lucro pode ser determinada, uma vez que salários, capital e lucro são fisicamente homogêneos, e a taxa de lucro aí estabelecida (na agricultura) pode ser a mesma da economia. Sraffa, seguindo Ricardo, procurou dar uma solução definitiva para esta questão. Em um sistema walrasiano há dúvidas de que a taxa de lucro possa ser determinada, principalmente após o artigo "The production function and the theory of capital", de Joan Robinson (Harcourt e Lang, 1978 : 33-47). Para Walras, ainda, os mercados são estudados separadamente; a interação entre eles vem depois, quando buscado um equilíbrio. Não existem insumos no sentido próprio da palavra, mas fatores iniciais e bens finais. A própria idéia de "fator" agrupa na palavra *capital* coisas tão diferentes, como máquinas, instalações, matérias-primas etc. Isto torna problemático falar que a taxa de lucro é igual à produtividade marginal do capital, pois este é uma coisa fisicamente heterogênea, sem uma unidade satisfatória para que se possa medi-lo. Para Ricardo (e os clássicos) a taxa de lucro pode ser determinada sem haver qualquer maximização, e a interação não existe entre mercados, mas no próprio processo produtivo. Há lugar para os insumos, e mercadorias entram na produção de outras mercadorias, sem qualquer embaraço para a análise.

## 2.4 PRIMEIRA SÍNTESE NEOCLÁSSICA

A Figura 2.1 sintetiza o que foi exposto até aqui. De um lado, há os economistas clássicos: fisiocratas, Smith e Ricardo. Deste partem três "linhas" que o pensamento clássico tomará: Marx (que inclui todos seus seguidores), Sraffa (que representa a corrente neo-ricardiana) e Stuart Mill. Este representa

todo um grupo de economistas, às vezes chamados de "vulgares", que pouco contribuíram para o aprofundamento do sistema analítico ricardiano, apesar de sistematizarem e divulgarem os principais postulados da economia clássica. Esta última linha inclui, neste sentido, homens como Jean Baptiste Say e Senior e, sem dúvida, entre eles é Stuart Mill o mais criativo; mas com este a própria teoria econômica clássica começa a ser posta em questão, havendo certas tentativas (ainda infrutíferas) de buscar os fundamentos do valor na utilidade.

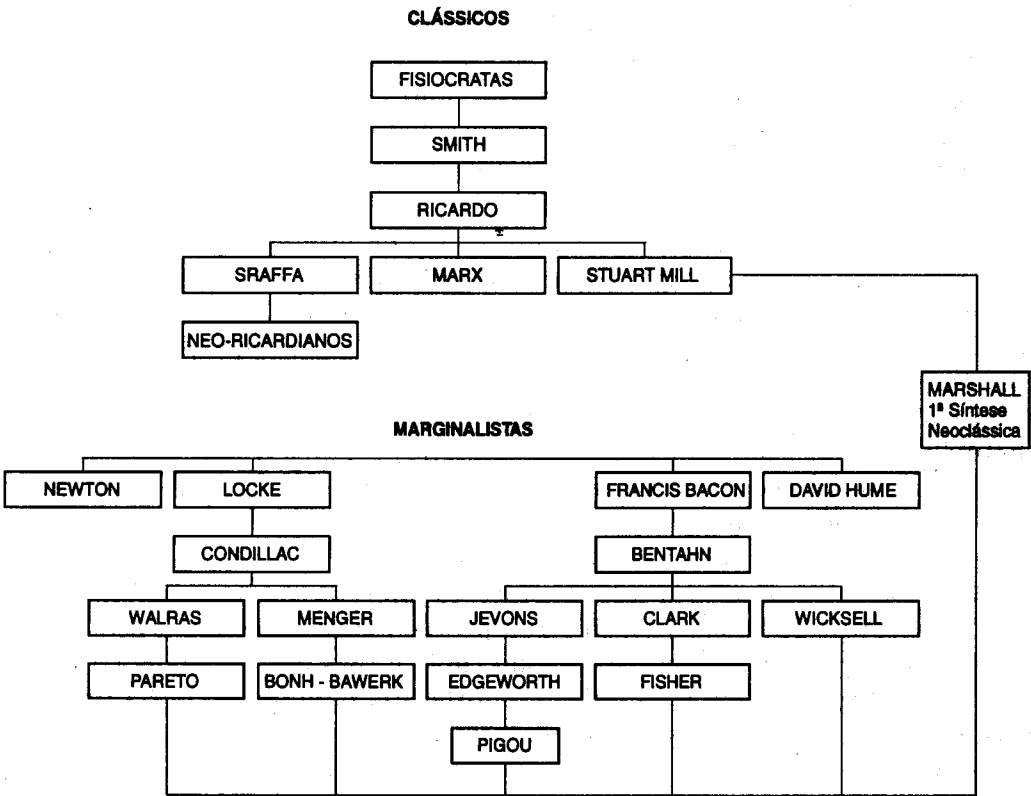


Figura 2.1 Primeira síntese neoclássica (ótica do valor e da distribuição).

De outro lado, há os marginalistas, que resolveram os problemas de Stuart Mill com a introdução da categoria *utilidade marginal*, buscando os fundamentos do valor em um fator psicológico e determinando os preços pelo lado da demanda. Aparecem divididos de acordo com o local de estudo (fala-se em "Escola de Lousanne"; "Escola Austríaca" etc.). Pareto, embora italiano, foi convidado por Walras para ser seu sucessor em Lousanne, local onde os

estudos mais se preocupavam com o equilíbrio geral, com a teoria do bem estar e em dar à economia uma previsão matemática. Seus precursores mais próximos são Condillac e Bentham e, mais remotos, Newton (pelo mecanismo e por uma concepção de método científico, cuja incorporação à economia foi tentada), Locke, Francis Bacon e David Hume (seja pela concepção de métodos de análise, seja pelo entendimento do mundo via sensação, que resultará no hedonismo e na concepção de utilidade).

Com Marshall, finalmente, há a tentativa de incorporar as correntes clássica e marginalista em um mesmo corpo teórico, denominado "Primeira Síntese Neoclássica" – algo que já havia sido iniciado por Walras. Procura-se fazer uma união entre as idéias sobre valor e formação de preços provindas de Ricardo (via Stuart Mill) com as desenvolvidas pelos teóricos do valor utilidade. Isto consistiu na introdução de prazos (curto, longo e secular) na teoria econômica. No longo prazo, novas firmas podem ser criadas, enquanto outras podem cessar a produção; as já existentes têm tempo suficiente para expandir a capacidade instalada. Assim, a quantidade ofertada pode ajustar-se às pressões de demanda, permitindo que os preços sejam determinados pelos custos de produção. Em um prazo muito curto, ao contrário, não é possível a expansão das instalações nem a entrada e saída de firmas; cabe, então, aos preços ajustarem-se a variações na demanda. Como a oferta é dada, cabe à demanda determinar preços.

Walras já havia formulado um modelo em que o preço é determinado pela interação entre oferta e demanda em mercado de perfeita concorrência (um leilão), o que resultaria em um ponto com preços e quantidades de equilíbrio. A determinação destes não é igual à de Marshall, mas o primeiro, seguindo àquela formulação, procurou sistematizar uma teoria da firma que desse fundamento à oferta, e uma teoria do consumidor que fundamentasse a demanda.

Marshall entende sua Síntese Neoclássica como a conciliação entre os clássicos e os marginalistas. Seu posicionamento, entretanto, merece várias observações.

Com a (Primeira) Síntese Neoclássica, a teoria do valor de Ricardo, bem como a de distribuição, ficou descaracterizada; afóra a consideração de que no longo prazo os preços são determinados pelos custos, Marshall seguiu a tradição marginalista. Em sua principal obra (Marshall, 1946), deteve-se no estudo do comportamento do consumidor e em sua influência nos preços, assumindo a teoria do valor utilidade, à qual deu brilhante sistematização, as hipóteses da concorrência perfeita e, enfim, o que é mais importante, o método da teoria marginalista. Embora não considerasse a economia como ciência exata e desconfiasse do uso da matemática e da estatística, não fugiu do método de buscar a existência de duas forças opostas que, mediante liberdade,

chegariam a uma situação de equilíbrio e, além disso, otimizadora. Marshall incorporou o conceito de marginal, estendendo-o a diversas situações, e a idéia de que este é decrescente quando são adicionadas quantidades iguais e sucessivas a uma grandeza total, embaraçando-se, inclusive, com este posicionamento, ao estudar os rendimentos decrescentes na indústria.

Assim, tentou-se incorporar Ricardo ao raciocínio marginalista, e não unir, ou entrosar, as duas análises. Há quem não faça diferença entre neoclássico e marginalista; mas, seja como for, estes adotaram um subjetivismo incompatível com o raciocínio ricardiano; isto já aparece nas próprias categorias selecionadas para a análise e na definição destas mesmas categorias. Maria Aparecida de Souza afirmou com exatidão que "Marshall acredita estar recuperando Ricardo por essa via (os custos de produção determinando preços no longo prazo), só que se trata de sua interpretação do pensamento de Ricardo. O custo de produção para Marshall está minado de fatores subjetivos, basta ver a relação entre capital e "espera". Desta forma, a noção de custo de produção que apresenta é diversa da de Ricardo" (Souza, 1980 : 13).

Concluindo, pode-se afirmar que Marshall, embora tenha procurado conciliar as duas linhas que dividem o pensamento econômico quando focado pela ótica da distribuição, na verdade fundamentou a Escola Neoclássica que, no sentido até aqui utilizado, consolida a oposição à Escola Clássica iniciada pelos marginalistas.

## 2.5 SAY E SEUS CRÍTICOS: AS TEORIAS DE CRISE

Todos os autores até aqui mencionados, com exceção de Marx e, em alguns momentos, de Sraffa, possuem diversos pontos em comum. De Smith a Walras, de Ricardo a Bonh-Bawerk, de Say a Marshall, todos eles confiaram plenamente nos mecanismos da concorrência para alcançar situações de ótimo social. Não só procuraram fundamentar cientificamente as virtudes do sistema capitalista, como também tentaram evidenciar que este possui leis internas capazes de assegurar equilíbrio com pleno emprego. Todos defendem o *laissez-faire*, marginalistas e neoclássicos discordam de Smith, Say e Ricardo em aspectos essenciais da teoria econômica, mas não da filosofia individualista, da concepção de *homo economicus*, do método de análise, da liberdade plena do comércio internacional como condição para trazer soluções benéficas para todos, da não-necessidade da intervenção do Estado na economia, enfim, de tudo aquilo que se pode chamar de doutrina liberal e que, na esfera do pensamento, foi associado por Max Weber à Ética Protestante (Weber, 1967).

Além desses aspectos políticos e filosóficos, vários pontos os aproximam na análise econômica. O principal deles é, certamente, considerar a impossibilidade de existirem crises de superprodução generalizadas e duradouras, ou seja, que tomem lugar na economia em todos os setores por um período considerável de tempo. É bem verdade que Ricardo considerou a possibilidade das crises; mas, discutindo com Malthus, que alertava para o subconsumo, não vacilou em aceitar a lei de Say. Esta afirma, em um aforismo, que a oferta gera sua própria demanda, ou sempre há um preço (que é totalmente flexível para baixo) que induz à compra da produção: nunca há a formação de estoques involuntariamente pelas empresas. Say admite uma economia de trocas, em que a oferta de uns constitui necessariamente a demanda de outros – de modo que, a longo prazo, a produção é igual ao próprio consumo. Marshall viveu em um período já mais difícil, quando as crises eram bem mais frequentes, mas continuou na defesa dos postulados clássicos. Afirma Joan Robinson que, em Cambridge, "Marshall costumava astutamente salvar sua consciência através da menção de exceções; fazia-o, contudo, de tal forma que seus alunos continuavam acreditando na regra. Afirmava que a lei de Say – a oferta cria sua própria procura – deixa de funcionar sempre que ocorre um fracasso na confiança, o que gera queda nos investimentos e a contração nos mercados. Esse fato era mencionado incidentalmente de molde a não perturbar a crença geral no equilíbrio sob o *laissez-faire*" (Keynes, 1977 : 102).

Keynes chamou a todos esses de clássicos: "A denominação de 'economistas clássicos' foi inventada por Marx para designar Ricardo, James Mill e seus predecessores, isto é, para os fundadores da teoria que culminou com Ricardo. Acostumei-me, cometendo talvez um solecismo, a incluir na 'escola clássica' os continuadores de Ricardo, ou seja, os que adotaram sua teoria, compreendendo (por exemplo) John Stuart Mill, Edgeworth e o Professor Pigou" (Keynes, 1970 : 15).

Ao falar nos continuadores de Ricardo, Keynes não está tratando do que diz respeito a valor, distribuição ou formação de preços: Edgeworth e Pigou, neste sentido, seriam apostos à teoria ricardiana. Segundo Keynes, estes autores são clássicos porque admitiram como dados os recursos produtivos e procuraram demonstrar que, em uma economia de perfeita concorrência, eles são plenamente empregados. Os que pela ótica da distribuição e do valor podem ser considerados tanto clássicos como neoclássicos foram economistas que consideraram como dado o nível do produto, cabendo à Economia Política estudar sua distribuição; eles discordam entre si sobre os fundamentos da distribuição, mas não esta como centro da análise: "(...) Ricardo se negou expressamente a atribuir qualquer interesse ao montante do dividendo nacional considerado independente da sua distribuição. Assim, determinava corretamente a natureza da sua teoria. Porém seus sucessores, menos clarividentes,

serviram-se da teoria clássica em suas discussões sobre a causa da riqueza" (Keynes, 1970 : 17).

Keynes cita um trecho de uma carta de Ricardo a Malthus, escrita em 1820: "Na sua opinião a Economia Política é uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza – e eu penso que deveria chamar-se investigação das leis que determinam a distribuição do produto da indústria entre as classes que concorrem para a sua formação. Não se pode enunciar nenhuma lei respeitante a quantidades, mas pode-se formulá-la com suficiente exatidão relativamente às proporções. Cada dia mais me convenço de que o primeiro estudo é vão e ilusório e que o segundo é o verdadeiro objetivo da ciência" (Keynes, 1970 : 17).

Assim, os clássicos, para Keynes, opõem-se a outra corrente que se formou na história do pensamento econômico e que podem ser chamados de teóricos da demanda efetiva, ou da crise. Ao contrário dos clássicos, estes procuraram mostrar que, no sistema econômico que teve lugar após a Revolução Industrial, há permanente defasagem entre a acumulação de capital, que se dá em altas taxas, e a capacidade de formar demanda efetiva suficiente para que todos os recursos, homens e máquinas sejam plenamente empregados. A principal discussão deixa de ser sobre distribuição e passa a ser sobre o montante do produto. Considera-se, então, a existência de ciclos e que a economia se desenvolve com eles: não há qualquer mecanismo inerente ao sistema econômico que o leve para equilíbrios otimizadores. Não mais havendo a mão invisível de Smith com a predominância dos oligopólios, e em virtude, entre outros motivos, do alto custo das informações e das imperfeições de mercado, cada vez mais a mão do Estado torna-se necessária para ajustar a economia.

Para Keynes, os clássicos cometeram um equívoco ao decantarem o homem parcimonioso, sob a argumentação de que a origem do investimento era a poupança (a renúncia do consumo); ao contrário, o investimento expande o nível de renda, e rendas altas explicam altas poupanças. No sistema econômico, os gastos de uns são as receitas de outros; a elevação das poupanças é necessariamente um desestímulo para o investimento; este depende de expectativas dos empresários, que são incentivados a investir quando esperam que haja a venda da produção, ou quando existe demanda suficiente para que possa comprá-la.

Aspecto fundamental do pensamento keynesiano é que o investimento é não só parte da renda, mas também sua origem. O aumento da renda causa um aumento no consumo, mas a taxas menores que o incremento da renda (propensão marginal a consumir menor que um). Para que a economia não enfrentasse problemas de demanda efetiva e conseguisse equilíbrio com pleno emprego, seria necessário que os investimentos planejados anualmente



pelos empresários se igualassem com a massa de poupança formada; não há nada que garanta, entretanto, que isto aconteça, pois poupança e investimento dependem de variáveis diferentes. Sendo o investimento privado interno (I) instável, pois depende de expectativas, e o consumo (C) dependente dos incrementos da renda e não a origem destes incrementos, restam os gastos do governo (G) e as exportações como variáveis da demanda agregada. Por estar em uma crise mundial, Keynes não via perspectivas para estas, aconselhando que se deveria ajeitar a economia interna que o mundo ajeitaria a si próprio. Considera-se, ainda, que na década de 1920 já a Inglaterra não era mais a potência do século 19 e que a disputa de mercados era bem mais acirrada, com o aparecimento de novos países industriais.

No campo da teoria monetária, também Keynes fez inovações significativas, criticando o posicionamento clássico. Para estes, havia nítida separação entre o setor real e o monetário da economia, de modo que existiam só variáveis reais, que a moeda apenas encobria (um véu, para utilizar a famosa expressão de Pigou). Todos os clássicos defenderam a teoria quantitativa da moeda; Keynes, entretanto, procurou demonstrar que a moeda por si só tinha existência, e que parte da demanda por moeda era função da taxa de juros (especulativa), em sua teoria da preferência pela liquidez. Fazendo a distinção entre o "real" e o "nominal", estendeu estes conceitos ao mercado de trabalho: nestes, os capitalistas se guiam pelos salários reais, enquanto os trabalhadores seguiam pelos salários nominais, sofrendo de "ilusão monetária". Ao ressaltar a importância do dinheiro para explicar o comportamento das variáveis reais e a possibilidade de crises nas economias capitalistas, enfocando sua instabilidade, Keynes aproxima-se de Malthus e Marx, dois autores do século 19 considerados hereges pela Escola Clássica. Entendia que Malthus fora o precursor de suas idéias, embora, alguns "socialistas utópicos" antes dele já houvessem alertado para o problema; as idéias de Malthus são em grande parte apoiadas em Sismondi (que, sem ser "socialista utópico", foi em seu tempo o mais preocupado com as crises, atribuindo-as ao subconsumo). Antes deles, entretanto, os mercantilistas atentaram para o problema. Defenderam estes insistentemente a balança comercial favorável, ou seja, um excesso de exportações sobre importações. Isto significa aumento cada vez maior do investimento interno e a sustentação do nível de renda do país via comércio internacional. Keynes dedicou o Capítulo 23 da *Teoria geral* ao estudo dos mercantilistas, mostrando a validade de certos argumentos que haviam sido abandonados pelos liberais clássicos no comércio internacional, que afirmavam as vantagens da especialização como forma para chegar ao melhor para cada país individualmente – e, desta forma, ao melhor para todos (Keynes, 1970 : 17-50). Os mercantilistas, por outro lado, sempre consideraram que altas taxas de juros eram obstáculos ao aumento da riqueza e fizeram uma política econômica de expansão monetária e de grandes investimentos estatais

(que, ademais, eram inevitáveis para os empreendimentos coloniais e para a solidificação dos Estados Nacionais nascentes, em uma época de disputas dinásticas). Os mercantilistas nunca imaginaram um modelo de tipo concorrência perfeita no comércio internacional; ao contrário, tinham como certa a existência de potências. Observa-se que eles não fizeram grandes obras de economia (o pensamento intelectual é bem mais voltado para a política: Maquiavel, Hobbes, Bodin e outros), mas, por outro lado, mesmo que "intuitivamente" combateram o desemprego: a queixa fundamental na época é a falta de população, e a quantidade desta chega a ser associada à pobreza do país. Em todo o período mercantilista, o Estado não é passivo: o rei arma esquadras, faz empreendimentos, coloniza novas terras, concede monopólios e estabelece regulamentações. No período, não houve crise de demanda efetiva e a intervenção estatal não pode ser subestimada (pois juntamente com as exportações, é quem garante os investimentos), embora possa considerar-se que, no período anterior à Revolução Industrial, as crises de superprodução pouco significado possuíam, em parte devido ainda ao baixo nível tecnológico. Este excesso de demanda diante da capacidade de produção é visto por Keynes como uma causa essencial da "Grande Inflação" dos séculos 16 e 17 que os autores, certamente apoiados nas análises clássicas, sempre atribuíram à entrada do ouro americano que teria ocasionado um aumento do meio circulante.

Sismondi atribui à desigualdade das rendas a razão do subconsumo; criticou Say e afirmou ser possível a existência de crises de superprodução generalizadas. Malthus fez crítica veemente ao "espírito de poupança", aconselhando um aumento dos gastos para que todos mantivessem e expandissem suas rendas.

Há uma discussão sobre se Marx aceita ou não a Lei de Say, embora a rejeição seja óbvia. Isto se deve certamente a algumas passagens de "Para a Crítica da Economia Política", em que ele afirma: "Por outro lado, a produção produz o consumo ao determinar o modo de consumo; e, ao criar o incentivo ao consumo, impulsiona a própria capacidade de consumir, sob a forma de necessidade." E logo: "Por tudo isso, nada mais simples para o hegeliano do que considerar produção e consumo como idênticos. E isso não apenas por ficcionistas sociais, mas até mesmo por economistas como Say, por exemplo. Este último sustentou que, se considerarmos a nação como um todo, ou a humanidade *in abstracto*, a produção será simultaneamente consumo" (Marx, apud Horowitz, 1972 : 31-32). Mas já em seguida, apoiado em Scorch, Marx procura mostrar o que lhe parece se erros de Say.

Em *O capital*, há certas passagens iniciais que lembram referências à lei de Say; mas logo abandonados quando a análise vai complexificando-se. Para Marx, Say esqueceu que o dinheiro medeia as trocas ( $M - D - M$ ) e que a mercadoria, após passar pela forma dinheiro, não é certamente igual à pri-

meira. Ao falar nas crises periódicas do capitalismo e ensaiando uma teoria explicativa para elas, Marx afastou-se do que Keynes considera "economista clássico". Isto se dá precisamente quando faz a distinção entre extorsão e realização de mais-valia: enquanto no processo produtivo o capitalista busca extrair mais-valia, a fim de aumentar seus lucros e fortalecer-se frente à concorrência, defronta, em seguida, com o problema de realizar esta mais-valia extorquida, o que se dá com a venda no mercado.

Neste sentido, Marx continuou os "socialistas utópicos" e procurou fundamentar a já vulgar afirmação de que "o bem para um capitalista não é o melhor para todos eles como classe", o que é uma clara contestação ao individualismo liberal clássico (que, nesta ótica keynesiana, está incluindo-se àquelles que, pelo lado da distribuição e do valor, são chamados de neoclássicos). É no livro III de *O capital* onde se encontra a mais conhecida observação de Marx sobre subconsumo: "Mas, no estado de coisas reinante, a reposição dos capitais aplicados na produção depende, em grande parte, da capacidade de consumo das classes, enquanto a capacidade de consumo dos trabalhadores está limitada pelas leis do salário e ainda pela circunstância de só serem empregados quando o puderem ser com lucro para a classe capitalista. A razão última de todas as crises reais continua sendo sempre a pobreza e a limitação do consumo das massas em face do impulso da produção capitalista: o de desenvolver as forças produtivas como se tivesse apenas por limite o poder absoluto de consumo da sociedade" (Marx, s.d. : 556).

A teoria da demanda efetiva e as explicações para as crises apoiadas sem argumentos marxistas foram desenvolvidas por vários autores desta formação, dos quais se destacam Rosa Luxemburgo e Kalecki. A primeira entendeu que Marx, embora não desconsiderasse o problema, o subestimou: os capitalistas não reinvestem imediatamente a parte não consumida da mais-valia, o que ocasiona falta de demanda. Assim, há a tentativa de busca de mercados para garantir a taxa de lucro dos países industriais, ocasionando uma busca por colônias. Admitiu ainda que, se o capitalismo procura formações não capitalistas para sobreviver, à medida que nelas penetra incentiva o desenvolvimento capitalista: a colonização não se dá infinitamente, tornando o sistema historicamente inviável.

Kalecki associou a crise à oligopolização da economia; fazendo uma abordagem semelhante à de Keynes, pela ótica da demanda, introduziu nesta as classes sociais e, tal como Luxemburgo, viu no lado dos capitalistas as maiores razões para as crises. O consumo é dividido entre consumo dos capitalistas e dos trabalhadores; estes, entretanto, ganham salários de subsistência, consumindo o que ganham; a instabilidade da economia deve ser buscada no consumo dos capitalistas e em seus investimentos. Estes se realizam quando há expectativas de lucro; assim, a demanda depende do consumo dos capitalistas e da taxa de lucro esperada por eles ao realizarem novos investi-

mentos. Abalar a confiança dos capitalistas em um sistema liberal clássico, onde não existem gastos governamentais, significa baixar o investimento e o nível do emprego e da renda; e, assim, o próprio lucro dos capitalistas. Kalecki afirma que a própria intervenção governamental, uma saída possível para a crise e para manter a taxa de lucro, encontra barreiras entre os próprios capitalistas: uma vez descoberto este "remédio", os empresários perdem poder político, pois não mais depende de expectativas suas a expansão do nível da renda e do emprego. Por isso argumentou que só no fascismo os empresários concordam com a intervenção governamental, pois neste há fortes fatores políticos que impedem uma "crise de confiança" (Kalecki, 1977).

É de se notar que os economistas de formação marxista encaram as crises como inerentes ao próprio modo de produção, e só com uma mudança deste há uma solução para elas. Os não-marxistas, entretanto, viram este fato de outra forma. Sismondi aconselhou o planejamento, a intervenção estatal, maior justiça distributiva e mudança na mentalidade dos governantes, sem, todavia, propor socialismo. Malthus pensou que se deveria incentivar os gastos dos que possuem altas rendas, como o consumo sofisticado da nobreza. Keynes retomou a idéia da intervenção estatal e do distributivismo, mas condenou o fascismo, o stalinismo e o nazismo que, a despeito de procurarem uma saída para a crise, negaram certos valores que lhe eram essenciais: "Os regimes autoritários contemporâneos parecem resolver o problema do desemprego à custa da eficiência e da liberdade. É certo que o mundo não suportará por muito mais tempo o estado de desemprego que, à parte curtos intervalos de excitação, é uma consequência – e na minha opinião uma consequência inevitável – do capitalismo individualista do nosso tempo; mas talvez a doença possa ser curada por meio de uma análise correta do problema, sem sacrifício da eficiência e da liberdade" (Keynes, 1970 : 358). Entretanto, afirmou: "Creio, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, o que não implica a necessidade de excluir os compromissos e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada. Mas, fora disto, não se vê uma razão evidente que justifique um socialismo de Estado envolvendo a maior parte da vida econômica da comunidade. Não é a propriedade dos meios de produção que convêm ao Estado assumir. Se este for capaz de determinar o montante global dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração de seus detentores, terá realizado tudo o que lhe corresponde. De resto, as medidas necessárias de socialização podem ser introduzidas gradualmente sem alterar as contradições generalizadas da sociedade" (Keynes, 1970 : 356).

## 2.6 JOHN HICKS E A SEGUNDA SÍNTESE NEOCLÁSSICA

Sintetizando-se de forma didática a argumentação desenvolvida até aqui sobre as considerações de Keynes sobre o que significa ou não economista clássico, assinala-se, de um lado, que temos os teóricos das crises em seus vários matizes e, de outro, os clássicos. Isto está evidenciado na Figura 2.2. Os primeiros começam com os mercantilistas, passando pelos "socialistas utópicos"; Sismondi aparece paralelamente a estes, não só por ser historicamente contemporâneo, mas porque, tendo desenvolvido de forma mais completa a crítica aos mecanismos automáticos de ajustamento do mercado, merece destaque à parte. Com Sismondi, a teoria da demanda efetiva evolui por duas linhas, estas definidas de acordo com as perspectivas dos autores para solucionar as crises de produção. Tem-se, de um lado, Marx, Rosa Luxemburgo e Kalecki; de outro, Malthus, Keynes e pós-keynesianos (como Joan Robinson e Hansen, embora a primeira pudesse ser incluída sem constrangimento ao lado de Kalecki).

A outra linha é a dos clássicos: Smith, Ricardo, Say, Stuart Mill, marginalistas, neoclássicos (Pigou, Marshall, Walras, Edgeworth e outros) e monetaristas. Entre estes, incluem-se todos aqueles que, como Hayek e Milton Friedman, pretendem fazer uma crítica à teoria keynesiana e aos pós-keynesianos, reabilitando os velhos argumentos da Escola Clássica (inexistência de demanda de moeda por especulação, entendimento do consumo como resíduo e poupança dependente da taxa de juros e não da renda, flexibilidade total de preços e de salários, inflação explicada em termos monetários, ineficiência de gastos do governo para expandir nível real de renda, equilíbrio com pleno emprego etc.). A versão mais recente desta perspectiva teórica aparece com os novos clássicos, adeptos das expectativas racionais e defensores da existência de uma trajetória real da economia inexorável, pois independente da política econômica. Retorna, assim, numa versão moderna, a neutralidade da moeda e a ineficácia das políticas monetária e fiscal para incrementar os níveis de renda e o emprego de forma duradoura.<sup>3</sup>

3. Tobin denomina de "monetarismo tipo I" o que primeiro apareceu como crítica ao keynesianismo, liderado por Milton Friedman, e "monetarismo tipo II" o que tem como pilares as expectativas racionais e a compensação contínua de mercado. O primeiro defendia a política monetária diante da fiscal, e o segundo que nenhuma política macroeconômica altera sistematicamente o curso da economia. O primeiro defendia o crescimento econômico estável com regras de política monetária, taxas de câmbio flutuantes e choques; o segundo afirma que qualquer política previsível terá a mesma consequência que outras, que as taxas de câmbio não afetam resultados reais e que os choques são ineficazes, pois não afetam os processos naturais de estabilização (ver Tobin, 1987).

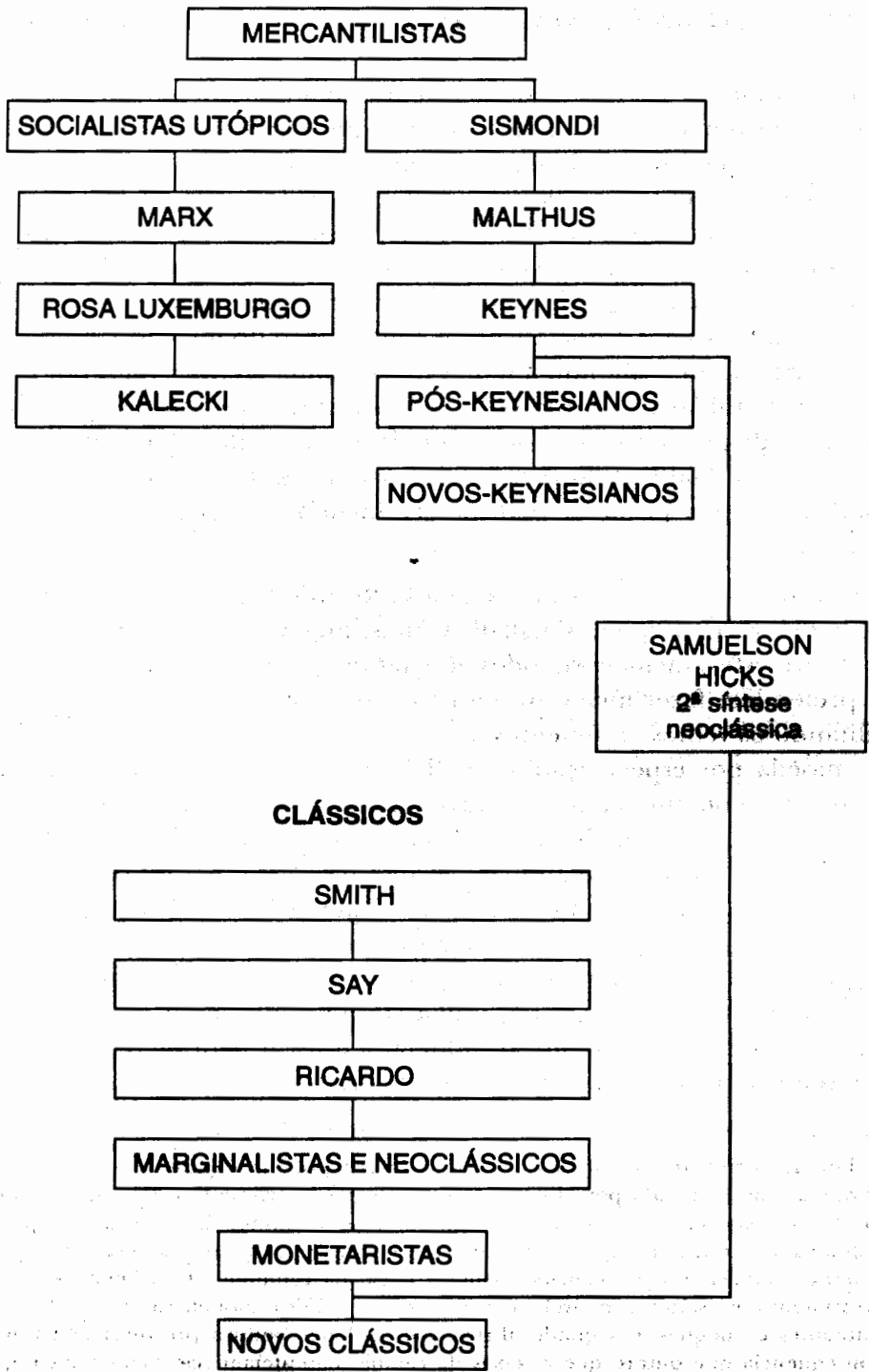


Figura 2.2 Segunda síntese neoclássica (ótica da demanda efetiva, ou da crise).

Aparecem, finalmente, Samuelson e Hicks como autores da chamada Segunda Síntese Neoclássica, ou seja, da tentativa de se enquadrarem Keynes e os clássicos em um mesmo modelo teórico explicativo, em que as políticas econômicas de cada um são utilizadas de acordo com a situação em que se encontra a economia. Quando houvesse pleno emprego, a teoria clássica deveria ser aceita; no desemprego e nas crises, teria lugar a política econômica keynesiana.

Da mesma forma que a Primeira Síntese Neoclássica, que pretendeu enquadrar Ricardo dentro do marginalismo, argumentando que se tratava de uma união de pontos de vista, a Segunda tentou tornar Keynes um caso especial da Escola Clássica. Isto consistiu em deixar de lado a questão da demanda efetiva para se fixar em outros aspectos sugeridos por Keynes, que, isolados de outras proposições suas, podem ser entendidos como diferentes do pensamento do autor.

Joan Robinson denomina de "keynesianos bastardos" aqueles seguidores (!) de Keynes que o apreenderam via Síntese Neoclássica, em uma expressão já consagrada (Schwartz, 1977 : 328). Um raciocínio freqüente destes é que existiria uma poupança que levaria a economia ao pleno emprego, cabendo ao governo realizar investimentos suficientes para trazer à tona esta poupança; se isto acontece, não mais existem problemas de demanda efetiva e as próprias análises de Keynes estão ultrapassadas: pode-se, novamente, voltar aos modelos de equilíbrio com pleno emprego; os ciclos foram abolidos: "Após a guerra a teoria de Keynes foi aceita como uma nova ortodoxia sem que se houvesse repensado a velha teoria. Nos modernos livros-texto, o pêndulo ainda se acha presente, tendendo ao ponto de equilíbrio. As forças de mercado alocam determinados fatores de produção entre usos alternativos; o investimento é um sacrifício em termos de consumo imediato e a taxa de juros serve como um desconto efetuado pela sociedade sobre o futuro. Repetem-se, intactos, os velhos slogans" (Keynes, 1978 : 110).

Keynes encarou sua teoria como geral; somente em um caso especial a teoria clássica poderia ser utilizada: quando todos os recursos fossem plenamente empregados (demanda suficiente para trazer à tona todo o PNB potencial). Ora, isto não é a regra nas sociedades modernas, pois não há mecanismo algum no sistema econômico que force que os investimentos planejados pelos homens de empresa coincidam exatamente com a poupança socialmente formada. Os "bastardos" interpretaram o fato de outra forma. Seguindo o raciocínio marginalista, imaginaram duas forças opostas (duas funções com a mesma variável independente e com os sinais das derivadas primeiras opostos) que tendem, mediante liberdade, ao ponto de equilíbrio. As situações de equilíbrio passam a ser a regra geral; quando há qualquer problema (como as "crises de confiança" de Marshall), lança-se mão de algumas medidas keynesianas. Outros consideram o desemprego involuntário como algo

possível; mas aconselham um rebaixamento dos salários reais para incentivar maiores investimentos, esquecendo que, segundo Keynes, esta é uma medida sempre desaconselhável, pois o corte de salários é sempre um corte de gastos, e assim do investimento, da renda e do emprego. Neste ponto de vista, a rigidez de salários explica o desemprego. A teoria de Keynes seria um caso especial da economia clássica, pois apenas se troca a hipótese de plena flexibilidade presente nesta pela rigidez de salários. As expectativas, a incerteza e o papel dos juros e do dinheiro não são considerados.

Houve, finalmente, simplificação exagerada da teoria keynesiana quando o modelo IS-LM, proposto por Hicks como um marco interpretativo, ficou sendo considerado a própria teoria de Keynes. Dentro deste, o investimento é considerado normalmente como função da taxa de juros; Keynes considerou esta influência relativa, pois o investimento é dependente de expectativas, tendo levantado a hipótese, inclusive, da total inelasticidade do investimento com relação à taxa de juros. Considerando a curva IS negativamente inclinada (que poderia ser vertical, se considerada a inelasticidade já mencionada), o equilíbrio passa a depender da posição da LM, se horizontal ("região keynesiana"), vertical ("região clássica") ou positivamente inclinada.<sup>4</sup> Se a IS for negativamente inclinada e a LM horizontal somente a "política fiscal" pode ser capaz de expandir o nível de renda; a política monetária afeta a taxa de juros. Se a IS for negativamente inclinada e a LM vertical (não existe demanda de moeda para especulação, só para transações), somente a política monetária elevará o nível de renda; a política fiscal expansionista apenas eleva os preços, como afirmam os clássicos e monetaristas. A regra geral, entretanto, é a IS ser negativamente inclinada e a LM ter inclinação positiva; a política econômica adequada para atingir o equilíbrio é, então, usar tanto a política monetária como a fiscal: não existem mais crises, que passaram a ser coisa do passado. Os ciclos são estudados em outro "departamento" da economia, e a longo prazo todas as hipóteses de concorrência perfeita e da remuneração de acordo com as produtividades marginais são retomadas. Isto levou Joan Robinson a afirmar certa vez que "a Revolução Keynesiana necessita ser levada a cabo, tanto no ensino da teoria econômica quanto na formação da política econômica" (Keynes, 1978 : 110).

## 2.7 CONCLUSÃO

As duas concepções de economista clássico, de Joan Robinson e de Keynes, trazem consigo não apenas pontos de vista diferentes, mas também duas formas de raciocínio econômico. Keynes, ao chamar de clássicos aqueles que

---

4. Para maiores detalhes sobre estas curvas, veja o Capítulo 8.



se preocuparam com a distribuição, referiu-se aos teóricos da microeconomia, que mantêm dado o nível de emprego, passando a estudar distribuição e alocação do produto. Os economistas que têm como variável o *quantum* do PNB e do emprego, os ciclos e o nível absoluto dos preços podem ser considerados como teóricos da macroeconomia. Há que considerar que esta só se desenvolveu à medida que foi caindo por terra a concepção ortodoxa de que o ótimo social era o somatório dos ótimos privados, comum ao liberalismo iluminista; para estes, não havia necessidade de uma macroeconomia no sentido próprio da palavra, pois todas as variáveis das quais esta se ocupa eram determinadas tecnicamente, bastando o mínimo de ingerência do governo para que resultasse a maior eficiência possível. Não é de estranhar, portanto, que, na concepção de Keynes, pensadores tão heterogêneos façam parte um mesmo grupo, como Walras, Marshall, Ricardo e Quesnay. Todos eles, embora clássicos, discordam entre si sobre como se dá a distribuição e quais são seus fundamentos, mas não dela como centro da análise.

Esta divisão, porém, entre os que concebem a distribuição como o aspecto essencial da Economia Política, entre clássicos e neoclássicos, embora relegada a um segundo plano por Keynes, não pode ser subestimada, pois também compreende duas formas opostas de raciocínio econômico. Qualquer crítica a Keynes, não obstante isso, deve considerar seu momento histórico e as preocupações de suas análises, diante da maior crise de superprodução e desemprego que já se conheceu.

As duas visões, portanto, trazem diferentes posicionamentos não só em face da teoria econômica, mas também com relação à política econômica, que implica uma atuação na realidade. Como ambas são usadas frequentemente e nem sempre é esclarecida a acepção em que a palavra está sendo usada, é necessário que se fique clara a ambigüidade. Claro também deve ficar que ambas as palavras não são excludentes. É o caso de Ricardo, por exemplo, que pode ser considerado clássico independentemente se a abordagem é micro ou macroeconômica, apesar de serem duas coisas completamente distintas. Para outros autores, como Schumpeter, fica bem mais difícil enquadrá-lo nesta tipologia. Os teóricos da crise dificilmente, pela ótica da distribuição, com exceção de Marx, podem ser vistos como clássicos ou neoclássicos. É, por exemplo, o caso de Keynes. Nele não existe uma teoria da distribuição; às vezes, utilizava a proposição da remuneração de fatores de acordo com a produtividade marginal; a seguir, logo mostrava a incoerência de se analisar a realidade segundo os postulados da concorrência perfeita. Quanto ao valor, parece que desconfiou de qualquer teoria. Se, por um lado, usava a linguagem marginalista (eficiência marginal do capital, propensão marginal a consumir), chegou a afirmar: "Por isso simpatizo com a doutrina pré-clássica de que tudo é produzido pelo trabalho, ajudado pelo que antes era chamado de arte e agora se chama técnica (...). É preferível considerar o trabalho, incluídos naturalmente os serviços pessoais do empreendedor e de seus cola-

boradores, como o único fator de produção, operando dentro de um determinado ambiente de técnica, recursos naturais, equipamento de produção e demanda efetiva. Isso em parte explica por que podemos tomar a unidade de trabalho como unidade física de que necessitamos em nosso sistema econômico, à parte as unidades de moeda e de tempo" (Keynes, 1970 : 206).

A partir de Keynes, houve, na verdade, duas sínteses. A Segunda Síntese Neoclássica, que tratou de incorporá-lo aos preceitos marginalistas e ortodoxos: ainda hoje se ouve falar que Keynes era neoclássico, quando não monetarista ... A outra síntese foi desenvolvida por economistas, como Joan Robinson, Paul Davidson e Minsky, que podem ser chamados de pós-keynesianos; estes não enquadraram Keynes dentro dos esquemas teóricos de seus antepassados, mas procuram desenvolver justamente aqueles aspectos de sua teoria que mais o afastam do *approach* clássico.

Como se vê, os velhos debates presentes no nascedouro da Ciência Econômica perduram até hoje e, reatualizados, ainda dividem os economistas. Por isso, o estudo da história do pensamento econômico não é mero diletantismo, mas condição necessária para entender economia.

## QUESTÕES PARA REVISÃO

1. Em que sentido se pode afirmar que a Economia como ciência autônoma só apareceu na segunda metade do século 18? Que motivos teriam contribuído para que seu nascimento se desse nesse contexto histórico?
2. Aponte as diferenças das concepções da Economia Clássica de Keynes e Joan Robinson. O que fundamenta cada uma delas? Por que autores tidos como clássicos para uns não o são para outros?
3. Explícite em que consistiu a Primeira Síntese Neoclássica e qual seu significado.
4. Explícite em que consistiu a Segunda Síntese Neoclássica e qual seu significado.
5. No debate atual, temos, na tradição clássica, usando a terminologia de Tobin, o monetarismo de tipos "I" e "II". Na tradição keynesiana, há os "keynesianos da Síntese", os pós-keynesianos e os novos-keynesianos. Procure mostrar os principais argumentos teóricos e metodológicos do *approach* de cada um deles.

## LEITURAS SUGERIDAS

- BLAUG, Mark. *La teoria económica en retrospectión*. Barcelona : Editorial Luis Miracle, 1968.
- HUNT, Elgin K., SHERMAN, Howard J. *História do pensamento econômico*. Petrópolis : Vozes, 1978.
- SHUMPETER, Joseph A. *História da análise econômica*. Rio de Janeiro : Fundo de Cultura, 1964.